

MARCELO CARVALHO ROSA*

SOBRE OS SENTIDOS DAS NOVAS FORMAS DE PROTESTO SOCIAL NO BRASIL

OS IMPACTOS DAS AÇÕES DO MST SOBRE O SINDICALISMO RURAL¹

NOS DIAS DE HOJE discorrer sobre as organizações e formas de protesto social no Brasil e também na América Latina e não falar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido praticamente impossível. Os *sem terra* e suas ações espetaculares, assim como os zapatistas mexicanos e os piqueteiros argentinos, tornaram-se um ponto de referência obrigatório (para não dizer depositários morais) dos diversos textos que tentam dar conta daquilo que vem sendo sistematicamente chamado de “novas formas de organização social”.

Porém, como qualificar a novidade que nos é apresentada pelos sem terra? Qual o papel que esta organização tem desempenhado no Brasil da última década? Para além do que a sociologia política tem chamado de performance

* Doutorando em Sociologia no IUPERJ/Brasil e Bolsista do Programa Regional de Bolsas CLACSO-Asdi para Investigadores Jovens da América Latina e Caribe.

1 Este artículo fue elaborado gracias a la contribución del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), a través de su Programa Regional de Becas. Forma parte de los resultados del Proyecto “Velhas lutas, novos conflitos: Os efeitos da concorrência entre sindicatos rurais e movimentos sociais na zona da mata do estado Pernambuco – Brasil” que fue premiado con una beca de investigación en el Concurso “Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe” en el marco del Programa de Becas CLACSO-Asdi para investigadores jóvenes de América Latina y el Caribe 2002.

ou estética política, creio que devemos orientar nossas análises para pontos mais concretos que envolvem as ações do MST no Brasil contemporâneo. Para isto, creio que um bom exercício seja olhar para o MST de forma indireta, ou seja, através de sua repercussão sobre outras organizações que buscam representar os trabalhadores rurais brasileiros. Neste artigo, procurarei compreender os impactos que as ações do MST causaram na mais tradicional federação de trabalhadores rurais do país.

A NOVIDADE

Em meados da década de 90 o estado de Pernambuco e, mais precisamente a chamada Zona da Mata, passou a ser palco do maior número de ocupações de terras do Brasil². Entre 1997 e 2000 nenhuma outra região ou estado do país registrou tantas ações desse gênero. Além do número expressivo de acampamentos que surgiam à beira de quase todas as principais estradas da região, o caso pernambucano chamava atenção pelas bandeiras hasteadas junto aos barracos de lona preta dos acampados: onde tradicionalmente figurava a consagrada bandeira vermelha do MST –Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- começou-se a vislumbrar a bandeira verde e branca da Federação dos sindicatos de Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco -FETAPE.

Qual o significado e o sentido do ingresso da FETAPE na seara das ocupações de terra se pensarmos que o tema da reforma agrária há muito tempo havia sido posto em um plano marginal na prática do sindicalismo rural? Quais os significados da incorporação de demandas gestadas no âmbito dos chamados movimentos sociais de luta pela terra para o sindicalismo da Zona da Mata de Pernambuco?

Este trabalho pretende esboçar algumas repostas a estas questões, a partir dos dados etnográficos e documentais obtidos numa pesquisa desenvolvida entre os anos de 2001 e 2003 na zona canvieira do estado Pernambuco.

O SINDICALISMO DA ZONA DA MATA –A CONSTRUÇÃO DE TRADIÇÃO EXEMPLAR

Muitos dos trabalhos sobre o sindicalismo rural brasileiro iniciam suas considerações a partir da constatação do lento e difícil processo que estendeu

2 Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra: <www.cptnac.org.br>.

os direitos do trabalho às lavouras brasileiras (Palmeira, 1979; Sigaud, 1986). Entre a regulamentação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que versavam sobre a organização dos trabalhadores rurais, pelo decreto 7.038 de novembro de 1944, até o reconhecimento pelo Estado brasileiro dos primeiros sindicatos, se passaram mais de dez anos³. A morosidade que foi regra em todo o país teve na iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em estimular a sindicalização rural a partir dos estados do nordeste brasileiro um contraponto decisivo. Naquele contexto a ação da igreja católica tinha como objetivo claro competir e combater o ideário comunista representado pelas ligas camponesas⁴ que se multiplicaram na Paraíba e, principalmente, na zona da mata de Pernambuco. Como resposta ao movimento iniciado pelos setores mais conservadores da igreja a esquerda cristã, representa pela Ação Popular, e o próprio partido comunista, teriam iniciado também a formação de sindicatos de trabalhadores rurais em áreas onde o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), criado pela ala mais conservadora da igreja para orientar a formação dos sindicatos e sindicalista rurais, ainda não havia chegado.

O sindicalismo rural da área canavieira de Pernambuco emergiu, portanto, de um conjunto de acontecimentos que mesclava o combate ao fantasma do comunismo corporificado na ligas à emergência e incremento do interesse dos comunistas na formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Neste conjunto figurava também a ascensão ao poder de um governo de forte apelo popular liderado por Miguel Arraes⁵.

O objetivo desses dados é apenas sinalizar para o leitor menos acostumado a lidar com o sindicalismo rural, principalmente com o caso pernambucano, alguns do poucos traços de um processo mais complexo que tange a história do sindicalismo rural brasileiro. A combinação fortuita destes traços em alguns casos antagônicos acabou por possibilitar a constituição de uma das primeiras federações estaduais de trabalhadores rurais do país, a FETAPE, no ano de 1962. Para os propósitos deste texto é importante lembrar que a

3 Segundo Camargo (1973) até 1957 apenas três sindicatos haviam sido reconhecidos pelo Governo Federal: Campos no Rio de Janeiro, Ilhéus na Bahia e o de Barreiros na Zona da Mata pernambucana.

4 A relação das Ligas Camponesas com o Partido Comunista Brasileiro remete a embates internos que se estenderam por muitos anos dentro do próprio partido. Por enquanto, gostaria apenas de salientar que a associação entre ligas e comunismo foi uma das formas que os opositores do movimento iniciado por Zezé da Galiléia encontraram para satanizar e deslegitimar as demandas daqueles grupos de camponeses.

5 É importante ressaltar que também neste período foi aprovado pelo congresso nacional o Estatuto do Trabalhador Rural que se tornou um instrumento fundamental no incentivo da sindicalização do homem do campo.

consolidação dos sindicatos e de suas federações contribuiu, naquele momento histórico, para uma espécie de divisão do trabalho: ligas concentrando sua reivindicação da reforma agrária e os sindicatos reivindicando, principalmente, direitos trabalhistas (Palmeira, 1979).

No final dos anos sessenta, em meio à ditadura militar e depois da gradual extinção da ligas camponesas, a FETAPE liderou o movimento que retirou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG– das mãos de um grupo de interventores.

Naquela ocasião foi indicado, pela FETAPE, ao cargo de presidente, um jovem Pernambucano, que havia passado pelo Movimento de Evangelização Rural da Igreja Católica. A repressão política, o descumprimento continuado de obrigações legais por parte dos patrões e a constituição de um aparato sindical que girava em torno da figura do advogado trabalhista contribuíram para um que a atuação sindical se deslocasse para mediação jurídica dos conflitos de classe entre patrões e empregados.

Ao longo dos anos 70 a identificação com a igreja católica foi gradualmente perdendo força. Na zona da mata, a identificação da luta sindical como uma luta por *ir à justiça* foi “progressivamente se impondo como um sinal de excelência sindical, sendo frequentemente associado a uma certa ousadia” (Sigaud, 1994: 150). “Ir a justiça”, como ressalta Sigaud (op. cit.), passou também a ser uma forma dos sindicalistas que se autodenominavam *organizados* se contrapõem aos dirigentes que restringiam sua ação aos serviços de assistência médica e de previdência social os *desorganizados*.

As cisões entre os defensores das lutas judiciais contra aqueles que privilegiavam a assistência médica e previdenciária, teve fortes conseqüências na FETAPE. No ano de 1978 uma disputa muito acirrada marcou a eleição na qual o grupo que defendia uma ação mais *combativa* (ou seja, independente dos desígnios governamentais) por parte da FETAPE foi proclamado vencedor, depois de uma longa batalha jurídica. Esta eleição também separou em chapas distintas os dois irmãos que haviam ocupado a presidência da FETAPE anteriormente. O irmão mais velho, presidente da FETAPE entre 1966 e 1972, apoiou o grupo *combativo* enquanto o mais novo, que ocupou a presidência entre 1973 e 1978 lançou-se em busca de mais um mandato defendendo uma ação mais moderada diante das possíveis represálias do governo ditatorial.

Essa guinada pernambucana encontrava eco em outras partes do país. Em 1979 realizou-se em Brasília o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Neste congresso, que contou com a presença decisiva de diversos

dirigentes pernambucanos, o movimento sindical rural teria tomado uma posição mais enérgica do que em reuniões anteriores. Segundo Sigaud (1980: 15), “tanto a lei de greve quanto a política salarial do governo foram postas em questão”.

Em Pernambuco e mais precisamente na área canavieira, onde os STR's surgiram e ainda preservavam uma força relativa, essas decisões tiveram uma forte repercussão. Num primeiro momento a idéia teria sido realizar um dissídio coletivo visando aprovar uma determinada pauta de reivindicações através do Tribunal do Trabalho. No entanto, do ponto de vista dos sindicalistas “os passos necessários tanto para o dissídio quanto para a greve implicariam no mesmo esforço” (Sigaud, 1980: 16). Outro argumento mobilizado pelos sindicalistas a favor da greve referia-se à possibilidade de um estado de mobilização permanente entre os trabalhadores. Mobilização contínua que potencialmente aproximaria ainda mais os trabalhadores dos sindicatos. A idéia de greve foi assim se adensando. Em nenhum outro estado qualquer federação de trabalhadores tomou a decisão da FETAPE que, doravante, assumiria o papel de coordenar os preparativos para a greve buscando envolver até mesmo os sindicatos reconhecidamente mais *fracos*.

Numa articulação exemplar entre a CONTAG, a FETAPE e os sindicatos de trabalhadores rurais, cerca de vinte mil trabalhadores rurais pararam suas atividades em outubro de 1979. Mesmo calcada em princípios legais, a greve dos canavieiros carregou consigo todo o estigma de um movimento subversivo, afinal desde o golpe militar que a palavra greve (mesmo tendo certo respaldo legal) era sinônimo de ilegalidade na região. Ademais, no caso pernambucano, marcado pela dominação senhorial dos homens de engenho, a greve ou a simples expressão de contrariedade em relação às normas costumeiras ditadas pelos patrões representava uma afronta inestimável.

A greve de 1979 foi seguida por outra, no mesmo período do ano seguinte na qual mais de 250 mil trabalhadores paralisaram suas atividades. O sucesso destes dois movimentos permitiu a constituição do que Sigaud (1986) chamou de “um ciclo de greves camponesas” que se estendeu por toda a década de 1980.

“De todos os efeitos políticos que podem ser apontados a partir do ciclo de greves aqui analisado, talvez o mais importante seja aquele que diz respeito às relações entre trabalhadores e patrões. Com as greves e as lutas que se travam no interregno, os trabalhadores assumiram a iniciativa no sentido de propor um modelo para reger suas relações com os patrões” (Sigaud, 1986: 314/342).

A greve, agregada ao aparato jurídico que foi montado na década de 70, constituiu-se desta forma no modelo por excelência para regular os conflitos de classe na zona canavieira.

Toda vez que os *direitos*, acordados nas convenções coletivas, foram descumpridos (o que continuou a acontecer) a realização ou a simples ameaça de uma paralisação serviram para comunicar a insatisfação da classe trabalhadora.

Se a greve transformou-se em uma referência para os trabalhadores rurais⁶ do complexo canavieiro, esta prática política também se tornou modelo para o sindicalismo rural num âmbito mais amplo. Sindicato e sindicalistas *fortes* passaram a ser aqueles que conseguiam mobilizar um grande número de trabalhadores na época da campanha salarial⁷. A fama das intensas e bem-sucedidas greves de Pernambuco se espalhou pelo país com uma referência tão importante que, durante a década de oitenta, sindicalistas de diversas partes do Brasil viajaram a Pernambuco para aprenderem a mobilizar os trabalhadores rurais e organizar greves (Tavares, 1992)⁸.

O relativo sucesso das campanhas salariais em garantir determinados direitos aos trabalhadores da cana rendeu fama também aos dirigentes sindicais que organizaram as primeiras mobilizações do ciclo. No caso da FETAPE, a diretoria de 1979, com pequenas mudanças pontuais, foi reeleita consecutivamente até 1993 tendo como bandeira suas conquistas salariais.

Como no caso de qualquer sindicato, o bom desempenho dos sindicalistas dependia fortemente, além de sua habilidade política, da disposição dos patrões para aceitar suas reivindicações. Para isto, basta lembrarmos que as maiores conquistas salariais dos trabalhadores da cana

6 Ver Sigaud (1980, 1986).

7 A campanha salarial, do modo como é concebida na região da zona da mata, tem seu início no mês de setembro —que é o mês do dissídio da categoria. Em certos anos essa época coincide com os bissextos congressos de delegados sindicais que debatem uma pauta previamente elaborada pelos diretores da FETAPE na sessão de abertura desses mesmos encontros. Comumente, o segundo passo das campanhas salariais são as assembléias realizadas por cada um dos STR's, nas quais a pauta é aprovada. Depois de aprovada, a pauta de reivindicações, cujo item central é sempre o aumento do salário, é enviada para as organizações patronais. Na semana que antecede o dissídio coletivo, patrões e sindicalistas iniciam, todo ano, uma negociação mediada pela delegacia regional do trabalho. Na "negociação", que pode durar poucos dias ou mais de uma semana, são debatidos todos os pontos da pauta apresentada pelos sindicatos. Em caso de acordo, publica-se uma nova convenção coletiva de trabalho. Caso haja discordância intransponível entre as partes, o Tribunal Regional do Trabalho estabelece uma convenção de acordo com seus critérios. Para os sindicalistas a campanha bem-sucedida é aquela que não depende dos desígnios da justiça, por isso a greve costuma ocorrer antes da data do dissídio.

8 Tavares (1992) apresenta uma análise das viagens de sindicalistas da área canavieira do Rio de Janeiro para zona da mata de Pernambuco.

aconteceram no apogeu do Próalcool quando usineiros e senhores de engenho foram amplamente subsidiados pelo Governo Federal. Numa rede de obrigações encontravam-se vinculados portanto patrões, trabalhadores e os agentes do Estado. Esta condição de dependência que orienta qualquer relação de tipo capitalista é fundamental para entender por quê o início da década de 90 foi compreendido pelos sindicalistas daquela região como um período de crise.

O DISCURSO DA CRISE E O IMPACTO SOBRE ATIVIDADE SINDICAL

No período do governo Collor de Mello foi extinto o Instituto do Açúcar e do Alcool e uma série de subsídios que sustentaram historicamente a lavoura canavieira de Pernambuco foram suspensos. Na esteira deste processo iniciou-se uma constante queda na atividade das usinas da região que, valendo-se desta justificativa, passaram a demitir muitos trabalhadores e, em certos casos, sem pagar-lhes a indenização devida. O discurso patronal da crise logo chegou ao âmbito sindical que passou a associar a desmobilização de suas bases tradicionais à falta de vagas nas lavouras⁹, ou seja, à pressão de um inusitado exército de reserva.

A crença na existência efetiva de uma crise passou a ser mais forte a partir do momento em que diante da insolvência de inúmeros usineiros e senhores de engenho as formas consagradas de reivindicação não surtiram os efeitos esperados. Em certos casos relatados por dirigentes sindicais *ir a justiça* em busca dos *direitos* já não representava uma garantia para o trabalhador da cana, pois alguns patrões estavam tão endividados que não tinham como indenizar seus trabalhadores. Neste período as campanhas salariais continuaram mas, as reivindicações não foram atendidas, esbarrando na crise como uma justificativa legítima acionada pela classe patronal¹⁰.

Para os sindicalistas mais experientes, a demissão em massa de trabalhadores teve ainda um outro efeito direto sobre a capacidade de mobilização sindical: boa parte da arrecadação dos STR's da região dependia do desconto na folha de pagamento repassado pelos patrões. Sem esses recursos alguns dos principais sindicatos da região, inclusive os considerados mais fortes, viram o aparato patrimonial e jurídico construído nas décadas anteriores ruir em pouco tempo.

⁹ Ver o documento "Seminário Regional –Crise e Reestruturação no Complexo Sucro-Alcooleiro do Nordeste".

¹⁰ Ver Sigaud et al. (2001).

“Aqueles sindicatos que as empresas ainda se manteram bem, viveram bem, eles estão ainda com o potencial de trabalhadores trabalhando [...] Mas aqui onde tem problema, naquele município que a empresa faliu ou está pré-falida a situação é mais complicada. É tão [complicada] que você a uns dez anos para traz você falar de reforma agrária na zona canavieira era difícil”. (ex-presidente da FETAPE em setembro de 2001).

TERRA E SALÁRIO

Em setembro de 2001 cheguei à zona da mata na véspera do início da vigésima terceira campanha salarial dos trabalhadores da cana. Quase dez anos depois dos primeiros indícios de uma *crise* da atividade canavieira e também do sindicalismo, os debates travados durante o congresso de delegados sindicais da zona da mata não deixavam dúvida de que esta ainda era uma questão que se impunha aos dirigentes.

As conversas entoadas entre os dirigentes descreviam uma situação muito parecida àquela presente nos documentos de 1993. Ao mesmo tempo em que enalteciam os feitos de sua geração, os discursos dos dirigentes da FETAPE, na sua maioria ocupando cargos de direção desde a década de 70, constatavam as dificuldades contemporâneas para a mobilização sindical. Como enunciou em versos um dos assessores:

“Cada momento que se passa é outra realidade
A vida aqui é cruel
 Por isso é necessário adequar as afinidades
 Buscar novas formas e viabilidade”
 (Assessor sindical da FETAPE em setembro de 2001).

Um dos argumentos mais enfatizados para exemplificar o lado *cruel* da vida era a drástica redução no número de trabalhadores empregados nas lavouras. As cifras anunciavam que o número de trabalhadores contratados fora reduzido de cerca de 240 mil, na época da greve de 1980, para menos de 60 mil nos ano 2000.

Nessa ocasião que acompanhei, ou seja, durante a campanha salarial e no período subsequente, os discursos sobre a existência de uma crise vinham sempre ladeados de outro, de uma alusão às virtudes da *luta pela terra*. Entre 1993 e 2001 as questões relativas aos direitos trabalhistas se apresentavam aos dirigentes sindicais como desafios a cada momento mais intransponíveis. No entanto, no que tangia à questão agrária, muita coisa havia mudado em suas perspectivas. Ainda em 1992, um dos mais antigos e prestigiados

presidentes de sindicato da metade sul da zona da mata, percebendo a oportunidade que se abria naquele momento, decidiu abrigar na sede de seu sindicato militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que faziam o chamado *trabalho de base* na região. Trabalhando em conjunto com os nomeados *meninos do MST*¹¹ este sindicalista capitaneou, nas terras improdutivas de uma usina, a primeira grande ocupação de terras na zona da mata¹².

OCUPAÇÕES DE TERRA: O MST A VANGUARDA DE UMA NOVA FORMA DE PROTESTO

O MST foi fundado por filhos de colonos –pequenos agricultores filhos de imigrantes italianos e alemães– do sul do Brasil no início dos anos 80. Ao longo daquela década o movimento se espalhou pelo país e hoje conta com sedes em 23 estados brasileiros.

A formação dos núcleos estaduais foi realizada por militantes filhos de colonos migrados dos estados da região sul, onde eram acampados ou assentados. Para desempenharem a função, os *liberados* como são chamados na organização do movimento, passaram por cursos de formação política oferecidos pelo MST nos estados do sul. Alguns destes militantes realizaram estágios em Cuba e muitos passaram por seminários da Igreja Católica (Rosa, 2000).

As marcas principais da ação do MST, nos últimos anos, foram as ocupações e acampamentos em grandes propriedades rurais, na maioria dos casos, improdutivas. O resultado de grande parte das ações deste movimento foi a pressão sobre o Governo Federal para a implantação de centenas de assentamentos de reforma agrária em diversos estados da federação. Os expedientes de protesto dos quais o MST se vale –ocupações, passeatas, e atos públicos– têm levado a seguidos enfrentamentos com o aparelho repressivo do

11 Outro elemento importante que ajuda a caracterizar o MST é o fato de que suas bases são, na maioria, jovens de até 30 anos.

12 O MST organizou sua primeira ocupação na região no ano de 1989, sem contar com o apoio dos sindicatos, que de certo modo monopolizavam a representação camponesa até então. A ocupação referida não foi reconhecida como legítima pelo então governador Miguel Arraes (o mesmo que governara Pernambuco no período anterior a ditadura militar, que ordenou o despejo dos acampados. O MST somente voltou à cena na zona da mata em 1992. Desta feita um grupo de militantes vindos do sul do Brasil e com passagem por outros estados do nordeste procurou sindicalistas da metade sul da zona mata. Naquela região estavam localizadas algumas das maiores usinas de Pernambuco, muitas das quais iniciando processo de falência. Desse contato nasceram as primeiras ocupações em antigas áreas de usinas e engenhos.

Estado e milícias paraestatais, comandadas por donos de terra. Esta suposta radicalidade tem sido uma das principais marcas da ação dos sem terra.

Para os fins deste texto é importante ressaltar que, em muitos casos, o MST emergiu nas áreas rurais a partir da crítica aos métodos de reivindicação e às demandas tradicionais do sindicalismo rural ao qual acusavam de não apoiar a luta por terra.

Considerado o movimento social mais importante do país na década de 90, o MST consagrou-se justamente por trazer para o jogo do protesto político uma forma inédita de reivindicação: a ocupação de latifúndios. Além disto torna-se fundamental compreender que o alvo principal dos protestos levados a cabo pelo MST é o Estado (nação) e não os empresários capitalistas como no caso do sindicalismo.

Com o passar dos anos e com sua expansão para todo país o MST deixou de reivindicar apenas a realização de assentamentos para trabalhadores sem terra. Na sua agenda política ingressaram também o acesso ao crédito para pequenos produtores, apoio aos movimentos urbanos, luta contra produtos agrícolas transgênicos, entre outras. Ao abranger novas demandas o MST também expandiu sua base de atuação e tornou-se um veículo legítimo para todos aqueles que identificados com a política de esquerda necessitavam de um apoio para suas lutas.

OCUPAÇÕES: DO MST PARA OS SINDICATOS

A partir de 1992 a zona da mata de Pernambuco assistiu à gradual retomada das *lutas por terra* numa inédita associação entre militantes do MST e dirigentes sindicais. Cabe ressaltar que neste primeiro momento a FETAPE não tomou parte na organização das ocupações, restritas, todavia, a determinados sindicatos que mantinham contato como representantes dos sem terra.

Após isso, em 1993, uma reforma nos estatutos da FETAPE permitiu a criação de uma secretaria de política agrária, ou como dizem os dirigentes, de reforma agrária. Esta reforma foi acompanhada da primeira mudança na presidência da federação em quinze anos, numa eleição em que um sindicalista filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a direção da entidade¹³.

Nessa época as ocupações embora tornando-se cada vez mais recorrentes, seguiam sendo comandadas por sindicatos de forma isolada. Segundo o

¹³ Os dirigentes do *tempo das greves* eram todos filiados ao Partido Socialista Brasileiro –PSB– cuja principal liderança nacional sempre foi Miguel Arraes que governou Pernambuco em três ocasiões. Antes do golpe militar de 1964, entre 1986 e 1989, e entre 1993 e 1996.

dirigente que foi o primeiro secretário de reforma agrária, dentro da FETAPE havia uma forte resistência ao tipo de ação promovida tradicionalmente pelos sem terras.

O principal ponto de tensão segundo essa apreciação seria o caráter *ilegal* das ocupações, o que afrontava a tradição daquela federação que sempre teria agido dentro de marcos legais¹⁴. Neste caso o termo ilegal usado para descrever as ocupações (ocupações da forma como as conhecemos hoje¹⁵) denotava também que este tipo de ação política não fora historicamente um instrumento usado pelos sindicatos de trabalhadores rurais, ou seja, era uma forma de manifestação que não estava presente nas leis práticas da representação dos trabalhadores rurais.

Associar a FETAPE a uma bandeira política forjada fora do sindicalismo rural, mais precisamente no âmbito dos chamados movimentos sociais, requeria muito mais do que a simples implantação de uma secretaria, pois como vimos, isto implicava mudanças de regras costumeiras forjadas ao longo de mais de trinta anos de ação sindical. As formas de manifestação adotadas pelo MST –principalmente as ocupações de terra– requeriam categorias de percepção política que não ecoavam em Pernambuco. É interessante ressaltar a partir daí que a FETAPE, e o grupo de velhos sindicalistas que controlavam os principais cargos, passou a classificar as ocupações como atos de desordem que se contrapunham as formas tradicionais de agir do sindicalismo que seria capaz de conduzir suas manifestações de modo ordeiro e conciliador¹⁶.

Segundo relatos de dirigentes da FETAPE e de militantes do MST os dois movimentos permaneceram próximos até o ano de 1995 pois, segundo um dos principais dirigentes do MST na região, até aquele momento nenhum órgão federal ou estadual aceitava travar negociações com trabalhadores rurais ou camponeses sem que um representante da FETAPE estivesse presente. Do mesmo modo, ao apenas apoiar o MST ou alguns sindicatos que realizassem uma ocupação de terras, os dirigentes da FETAPE mantinham um distanciamento necessário que preservava uma certa divisão do trabalho. Nas

14 Nesta época ainda não havia sido regulamentado um dispositivo da Constituição de 1988 que classificava quais seriam os critérios utilizados para a desapropriação de terras pelo governo federal.

15 Sobre as peculiaridades da forma social contemporânea das ocupações de terra ver Sigaud (2000).

16 Numa pesquisa que realizei nas páginas dos principais jornais de Pernambuco foi possível encontrar diversos editoriais e artigos que questionavam o ingresso da FETAPE na seara das ocupações de terras. Via de regra, tais artigos associavam as ocupações à desordem e cobravam da federação a manutenção de sua forma ordeira de fazer política.

palavras de um dirigente, a FETAPE sempre apoiou a reforma agrária, mas quem agia de fato era o MST e os sindicatos isolados.

Em 1995 o MST teria sido recebido, pela primeira vez, para negociar com a direção do INCRA sem a presença de um dirigente da FETAPE. Este momento marcou, principalmente para os militantes do MST, a cisão definitiva entre as partes. Desde então não houve qualquer ocupação ou manifestação conjunta.

Reconhecido finalmente como um interlocutor qualificado para representar os trabalhadores da cana, o MST intensificou o número de ocupações de terra na zona da mata. O volume crescente de ocupações na região teria contribuído para que o movimento passasse a ter um lugar destacado nos fóruns de esquerda e também nas manchetes de jornais.

Em 1996 ocorreu uma nova eleição para a diretoria da FETAPE. A chapa que venceu a eleição era praticamente a mesma que já estava no poder com apenas uma exceção: o secretário de reforma agrária era outro. Para assumir os assuntos relacionados à reforma agrária foi convidado um jovem dirigente sindical, ligado também ao Partido dos Trabalhadores, que havia tomado contato com militantes do MST. Estes militantes –do MST- teriam chamado sua atenção para a possibilidade de os próprios sindicatos realizarem ocupações de terra e o inspiraram a, ainda em 1993, a organizar uma ocupação sem o auxílio do MST (a primeira deste tipo em Pernambuco).

Sua presença na chapa vencedora indicava a disposição dos membros mais antigos da federação em incrementar sua participação nas reivindicações por reforma agrária. De fato, após a chegada deste dirigente, FETAPE e MST iniciaram um intenso processo de concorrência por áreas para ocupação. Esta concorrência não encontrava eco, na época, em qualquer outra federação estadual de trabalhadores rurais do país que, na maioria dos casos, mantinham sua atenção voltada para outros problemas.

Do meu ponto de vista o que este quadro revelou foi a imposição social de uma nova demanda ao sindicalismo rural. De um lado trabalhadores desempregados, usinas e engenhos falindo e de outro o MST ocupando cada vez mais o espaço que anteriormente era monopólio da FETAPE (e do sindicalismo tradicional) criaram um quadro do qual a federação não teve como escapar.

OS EFEITOS DA DEMANDA POR REFORMA AGRÁRIA PARA A TRADIÇÃO SINDICAL

Após a entrada do novo dirigente, a FETAPE chegou em diversos momentos, entre os anos de 1997 e 2000, a realizar mais acampamentos na zona da mata

do que o MST (num período em que esta região registrou mais acampamentos do que qualquer outra no Brasil).

O sucesso na realização de ocupações recolocou a FETAPE nos noticiários e abriu uma nova frente de luta na busca dos crescentes financiamentos federais para projetos de reforma agrária. A intensificação desta nova *frente de luta* teve um duplo efeito sobre a estrutura sindical local, pois também favoreceu, na medida em que o tempo foi passando, uma cisão cada vez maior entre os sindicalistas que organizavam as ocupações (na maioria recém-chegados à federação) e aqueles que cuidavam de outras pastas (principalmente o grupo remanescente das antigas grandes greves). Neste período a visibilidade social da FETAPE dependeu muito de seu envolvimento com as ocupações de terra e isto também contribuiu para que os holofotes da política e da imprensa se voltassem para o emergente grupo da reforma agrária.

O dualismo entre a *luta pela terra* e a *luta por salário* ficou evidente no congresso de delegados sindicais de 2001. Este evento marcava tradicionalmente a abertura da *luta por salário* e seu objetivo era debater e eleger quais seriam os principais problemas enfrentados pelos STR's. Naquela ocasião, um dos momentos mais latentes dos debates se deu quando o secretário de reforma agrária comunicou aos presentes que haveria uma ocupação da sede do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- no mesmo período da campanha salarial. Sendo o congresso de delegados um evento que visava reunir forças para o início da campanha salarial, a resposta de alguns presentes foi imediata: realizar uma ocupação no INCRA na semana da campanha salarial era desmerecer a tradição das campanhas. Colocar em cheque a tradição das campanhas era, por extensão, uma afronta aos dirigentes que a haviam construído (e que naquele dia eram maioria). Ao cabo do encontro os defensores da importância da campanha salarial venceram e a proposta foi recusada.

A proposta atingiu em cheio o brio dos antigos sindicalistas. Dali para frente acompanhei constantemente atividades da FETAPE e percebi que o grupo ligado à secretaria de reforma agrária ficou cada vez mais isolado. Suas atividades (ocupações, manifestações e acampamentos) contavam cada vez menos com a presença dos dirigentes do tempo das greves.

De um lado e de outro eram enunciadas justificativas para a cisão de crescente. O grupo da reforma agrária acusava os *históricos* de não terem se adequadado aos novos tempos e de estarem conformados com sua postura de negociar infinitamente o que seria incompatível com a reforma agrária. Além disso, segundo eles, essa recusa os impediria de estabelecer uma concorrência

de peso com o MST. Da parte dos mais antigos havia a percepção de que outro grupo era muito *individualista* por não compartilhar o planejamento de suas ações, vistas em alguns casos como atos de irresponsabilidade, com toda a direção da casa. Os embates, às vezes públicos, às vezes velados, entre os dois grupos culminaram com o estabelecimento de uma linguagem baseada nos seguintes pares de oposição:

Reforma Agrária	Lutas pelos direitos trabalhistas
Jovens	Velhos
Presente	Passado
Ocupação	Negociação
Inexperiência	Experiência
Irresponsabilidade	Responsabilidade

Nas entrevistas ou diálogos informais que tangiam a disputa entre os dois grupos este conjunto de expressões estava sempre presente para adjetivar as ações de um e de outro.

O resultado do acirramento das disputas pôde ser visto no congresso que elegeu a diretoria da FETAPE em 2002. Naquele ano se inscreveram duas chapas. Na primeira, articularam-se os dirigentes mais antigos que trouxeram para encabeçar a chapa um dos diretores da CUT (Central Única dos Trabalhadores), filiado ao Partido dos Trabalhadores, que também era presidente de um STR no sertão do estado. Na segunda, liderada pelos dois últimos (e únicos) secretários de reforma agrária, reuniram-se os simpatizantes desta causa e, principalmente, aqueles que se opunham historicamente ao modelo negociador representado pelos dirigentes das grandes greves.

O conjunto de expressões que qualificava as ações dos dois grupos denotava ainda que o embate opunha duas gerações de protesto social em Pernambuco e no Brasil. A primeira fora socializada nos anos mais duros da ditadura militar, ou seja, num momento de forte repressão política. De certa forma, este contexto teria contribuído para a restrição das atividades sindicais aos ditames da lei, sem que isto implicasse arrefecimento moral da lutas sindicais na região. A segunda (dos ligados a reforma agrária) cresceu sob a égide dos primeiros tempos democráticos e de uma certa liberdade de ação que encontrou no MST seu ponto mais alto e inspirador.

Durante os debates o chamado grupo histórico chamou diversas vezes atenção para seus méritos evidenciados pela conquistas passadas, porém

apontava também sua capacidade de se adaptar a uma nova realidade sem romper com os compromissos passados. Trazendo para seu campo um sindicalista ligado ao PT e entregando a secretaria de reforma agrária para um jovem, o grupo que já reunia o apoio da CONTAG e de seu presidente que ocupava uma das suplências da chapa, sagrou-se vencedor da mais acirrada disputa desde o período que antecedeu as grandes greves (1979-1985).

A OCUPAÇÃO NO INCRA –O CICLO ESTÁ FECHADO

Em abril de 2003, já nos últimos dias de minha pesquisa em Pernambuco, fui informado e convidado por pessoas da FETAPE a participar de uma ocupação da sede do INCRA. O fato de eu ter sido comunicado com certa antecedência e por uma pessoa que não trabalhava na secretaria de política agrária era em si um dado de que alguma coisa havia mudado na federação.

Como descrevi anteriormente, o final do período em que o candidato derrotado no último congresso da federação ocupava a secretaria de reforma agrária foi marcado por uma série de conflitos entre seus simpatizantes e o grupo que aqui chamo de histórico. Um dos ícones das divergências eram justamente as ocupações da sede INCRA que tinham se tornado uma rotina nos últimos anos. Consideradas por todos como uma das marcas dos novos tempos da FETAPE (do tempo da reforma agrária), as ocupações deste órgão federal foram, em todas as vezes que acompanhei, planejadas e executadas quase sem interferência da direção da Federação que era comunicada da ação apenas na última hora. A alegada autonomia do grupo da reforma agrária incomodava os dirigentes mais antigos, tanto pelo fato não participarem da decisão, como também por se tratar de um evento que, em muitos casos, colocava em cheque o próprio a face negociadora da FETAPE¹⁷.

O que então teria levado o grupo que vencera a eleição da federação a lançar mão do mesmo artifício que em tempos passados havia sido tão criticado? A resposta estava na própria ocupação que visitei dias depois.

A ocupação que tomava a sede do INCRA naquela manhã de segunda-feira guardava poucas semelhanças com os eventos que eu havia acompanhado nos anos anteriores. Se nos momentos passados a presença de uma pequena massa de trabalhadores rurais no pátio do INCRA era sinônimo de tensão e conflito iminente, naquele evento de 2003 o clima era

¹⁷ Gostaria e lembrar que as ocupações do INCRA se constituíram em eventos que procuravam, nos casos que acompanhei, acelerar os processos de negociação de pautas que estavam em curso.

de festa. No pátio do instituto estava armada uma pequena feira composta por barraquinhas que vendiam produtos agrícolas, outras que ofertavam artesanato e também por balcões das diversas ONG's que prestam assessoria à FETAPE. Havia ainda um carro de som e um trio de zabumba, sanfona e triângulo que animava o evento.

Esta disposição em nada lembrava as ocupações que eu havia presenciado anteriormente, fossem as organizadas pela FETAPE, pelo MST, ou por outros grupos. O arranjo estético distinto, ou seja, a disposição formal das pessoas ligadas à FETAPE nas dependências do INCRA indicava sua organização para fora dos muros do órgão federal. No lugar das lonas pretas, das foices, pedaços de pau e enxadas, podiam ser vistos murais de cartolina com fotos e frases exemplares escritas com pincel atômico que lembravam os áureos tempos da FETAPE. Amontoados de mandioca ou mulheres debulhando feijão de corda eram saudadas pelos líderes sindicais, que circulavam por entre as barracas, declarando para todos ouvirem as benesses alcançadas com o trabalho na terra. O modelo do evento lembrava muito mais as assembléias que antecedem a campanha salarial e os demais encontros que são promovidos pela federação para tratar de assuntos como a previdência social, por exemplo.

Ao contrário das outras ocupações cuja intenção era surpreender os diretores do órgão para obrigá-los a permanecer no local e iniciar negociações extraordinárias, aquela ocupação tinha sido previamente agendada com a superintendência do INCRA, que havia reservado o dia para negociar com a FETAPE. Enquanto os trabalhadores (que nos eventos anteriores abarrotavam os corredores que davam acesso às salas de reunião) permaneciam do lado de fora vendendo seus produtos ou engatando um fio de prosa com amigos de outras cidades ao som do forró, do lado de dentro dirigentes e assessores apresentavam sua pauta de reivindicações ao superintendente nomeado há poucos dias.

Além das diferenças simbólicas, chamava atenção a presença maciça de dirigentes, funcionários e assessores responsáveis por outras “frentes de luta”, como, por exemplo, educação e previdência social. Pela primeira vez desde que havia iniciado minha pesquisa encontrei, numa manifestação identificada explicitamente com a reforma agrária, dirigentes e ex-dirigentes do tempo das grandes greves participando efetivamente da animação dos trabalhadores e das negociações com o superintendente.

CONCLUSÃO

A presença dos antigos diretores, do pessoal da animação, das secretárias e de praticamente todo o efetivo da FETAPE que estava disponível naquele dia definia claramente o sentido que o apelo à demanda pela reforma agrária, iniciada nas contentas com o MST, teve para o sindicalismo rural pernambucano.

Mesmo que o ato estivesse sendo organizado e animado pelos assessores e dirigentes que outrora organizavam as greves e campanhas salariais, mesmo que a disposição estética, assim como nas campanhas, exaltasse os feitos e as formas do passado, a manifestação pela reforma agrária tornara-se, sem dúvida, o *leitmotiv* da FETAPE naquele dia. As pessoas eram as mesmas, mas o simples fato de estarem ocupando uma arena anteriormente interdita àqueles identificados com as greves indicava a importância da mudança.

Para os homens e mulheres que se aglomeravam na sede do INCRA e que cotidianamente conformam e reafirmam o espírito do sindicalismo rural em Pernambuco, o ingresso nas contendas relativas à questão agrária parece ter permitido a própria possibilidade de continuidade de suas atividades.

O embate externo com o MST e o interno com o grupo inicialmente identificado com a questão agrária teria iniciado um processo que teria obrigado os sindicatos e os sindicalistas mais tradicionais a confeccionar uma resposta ao desafio presente, uma resposta inovadora e para muitos inusitada. Uma resposta que não poderia ignorar, sob pena da perda efetiva de poder, os limites contemporâneos das reivindicações tradicionais. Limites não apenas relativos ao que se costuma chamar de mundo do trabalho mas, de forma mais intensa, relativos ao tipo de demanda pública que obtém respostas mais satisfatórias.

Prescindir da identificação com uma demanda atualmente tão bem-sucedida como a reforma agrária, seria abrir mão de uma das raras possibilidades de que dispõem as massas rurais de tornar públicos seus problemas. Ao escrever isto, não desejo afirmar que os rumos que foram tomados pelo sindicalismo e pelos sindicalistas da FETAPE tenham sido fruto uma estratégia deliberada de certos indivíduos que se anteciparam à história. Ao contrário, o convívio prolongado e intenso com pessoas que não distinguem sua própria vida da atividade sindical, pois a vivenciam diariamente, levou-me a crer que estas mudanças de rumo foram resultado da síntese não planejada dos diversos processos sociais vivenciados naquela conjuntura.

Ao longo de uma década de grandes dificuldades políticas e econômicas para os grupos que dependiam diretamente da lavoura canavieira, a presença

de um movimento social (o MST), cuja base potencialmente perpassa as massas sindicalizadas, contribuiu para o estabelecimento de uma nova gramática política. Gramática que não se resumiu apenas a uma substituição discursiva de estratégias velhas por outras novas. O que pôde ser visto no caso Pernambuco foi a imbricação conflitiva constante, entre o passado e presente produzir práticas políticas mais apropriadas, porque socialmente impostas, à conjuntura que se impunha.

Nesta conjuntura o papel do MST como um agente social portador de uma nova forma de protesto foi fundamental para a renovação das práticas de seu principal concorrente nas áreas rurais. O exemplo do sindicalismo rural apresentado neste texto é dos muitos que, no Brasil de hoje, poderiam ser estudados para se compreender os efeitos difusos que o padrão de protesto criado pelo MST teve sobre diversos movimentos sociais. Efeitos que, além de trazer para a cena política jovens que não teriam oportunidade em outros contextos, contribuem para a reanimação de lutas tradicionais que se encontravam em segundo plano na agenda política.

Por fim, não podemos deixar de lembrar que, ao contrário das previsões globalizantes que povoam a teoria sociológica contemporânea, um das principais decorrências do MST sobre as formas de protesto social no Brasil tem sido a busca do fortalecimento do Estado-nação como regulador dos conflitos, sejam eles mais ou menos modernos. Antes de serem vistos como baluartes de novos tempos ou mesmo de uma nova sociedade, o que dados concretos sobre a ação do MST no Brasil tem nos mostrado é que suas demandas efetivas têm levado o Estado –em sua forma mais tradicional– a voltar-se, através de políticas públicas, para grupos e espaços sociais que na história do país jamais tiveram acesso a certos “privilégios” da vida moderna tais como trabalho, educação, saúde e crédito.

BIBLIOGRAFIA

- Castro, F. et al. *Porque a luta pela terra perdeu intensidade em Pernambuco (1955-1988)*, mimeo.
- Camargo, A. 1973 *Brésil nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris.
- Mayburry-Lewis, B. 1991 *The politics of possible: the growth and the political development of the Brazilian rural workers, Trade Union Movement, 1964-1985*, mimeo.

- Palmeira, M. 1979 “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria Pernambucana” em *Revista de Cultura e Política* (Cedec), Nº 1.
- Pialoux, M. e Weber, F. 1991 “Crise du syndicalisme et dignité ouvrière” em *Politix* (Paris), Nº 14,
- Rosa, M. 2001 Espetáculo e cotidiano: pequenas vozes na luta do MST em *Revista Cultura Vozes*, Nº 3.
- Seminário regional 1993 *Crise e reestruturação no complexo sucro-alcooleiro do nordeste*. (Recife – PE).
- Sigaud, L. 1980 *Greve nos engenhos* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Sigaud, L. 1986 “A luta de classe em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas” em *Dados* (Rio de Janeiro), Nº 3.
- Sigaud, L. 1996 “Direito e coerção moral no Mundo dos Engenhos” em *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Nº 18.
- Sigaud, L. 2000 “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana” em *Novos Estudos Cebrap* (São Paulo), Nº 58.
- Sigaud, L. et al. 2001 “Histories de campements” em *Cahiers du Brésil Contemporain* (Paris), Nº 43/44.
- Silva, J. A. C. 1997. *Limites do sindicalismo rural frente à luta pela terra: o caso do Engenho Panorama em Timbaúba – PE. Período entre 1961 e 1996*. Dissertação de Mestrado em Administração Rural da UFRPE.
- Tavares, R. 1992. *CONTAG, da ditadura à transição; memória social e construção política do “campesinato”*, (Rio de Janeiro: IUPERJ) Dissertação de Mestrado.